DocuSign Envelope ID: 6A43704D-C76B-4A79-BD9A-EBA05B5F495B

GRUPOSERVENG

SERVENG CIVILSAN S.A. - EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

CNPJ nº 48.540.421/0001-31

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota Explicativa	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	733	695
Aplicações financeiras	4	3.001	2.728
Contas a receber	5	27.928	18.600
Estoques	6	11.577	9.223
Impostos a recuperar	7	5.056	7.339
Participações em consórcios	8	17.709	19.124
Despesas antecipadas		430	–
Outras Contas a Receber	9	5.847	4.334
		72.281	**62.043**
Não Circulante			
Contas a receber	5	193.416	172.292
Precatórios a receber	10	79.847	83.366
Depósitos judiciais		46.852	52.888
Imóveis a comercializar		840	840
Mútuos	16	–	2.550
Ativo fiscal diferido	21	57.222	54.351
Outras contas a receber	9	31.997	41.753
Investimentos	11	–	–
Imobilizado	12	39.877	30.760
Intangível		67	334
		450.117	**439.134**
Total do Ativo		**522.398**	**501.177**

Passivo	Nota Explicativa	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante			
Fornecedores	13	13.891	5.583
Obrigações tributárias	14	8.448	7.376
Obrigações trabalhistas		6.140	2.734
Outras contas a pagar		32.999	9.167
		61.479	**24.860**
Não circulante			
Obrigações tributárias	14	11.887	16.570
Provisão para demandas judiciais	15	24.202	13.488
Mútuo a pagar	16	12.000	–
Receita diferida		–	–
Provisão para perdas em investimentos	11	–	11.131
		48.089	**41.189**
Patrimônio líquido	17		
Capital social		433.878	774.972
Prejuízos acumulados		(21.047)	(339.844)
Ajuste de avaliação patrimonial		–	–
		412.831	**435.128**
Total do passivo e patrimônio líquido		**522.398**	**501.177**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota Explicativa	2023	2022
Receita líquida de vendas	18	110.112	121.754
(-) Custo dos produtos vendidos	19	(91.659)	(92.566)
(=) Lucro/(prejuízo) bruto		**18.453**	**29.188**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	19	(61.001)	(68.750)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(380)	(1.484)
Outras receitas/(despesas) líquidas	19	18.460	(18.194)
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(24.469)**	**(59.240)**
Receitas financeiras	20	3.569	637
Despesas financeiras	20	(3.018)	(18.346)
(=) Resultado financeiro líquido		**551**	**(17.709)**
(=) Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**(23.918)**	**(76.949)**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	21	2.871	(1.588)
(=) Prejuízo do exercício		**(21.047)**	**(78.537)**
Lucro líquido por ação		**(0,7946)**	**(0,0028)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2023	2022
(=) Lucro líquido do exercício	(21.047)	(78.537)
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(21.047)**	**(78.537)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas Legal	Reservas Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**774.972**	–	–	**3.682**	**(261.307)**	**517.347**
Ajuste de avaliação patrimonial		–	–	–	(3.682)	–	(3.682)
Prejuízo do exercício	17.c	–	–	–	–	(78.537)	(78.537)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**774.972**	–	–	–	**(339.844)**	**435.128**
Absorção do Prejuízo acumulado		(339.844)	–	–	–	339.844	–
Redução de Capital		(1.250)	–	–	–	–	(1.250)
Prejuízo do exercício	17.c	–	–	–	–	(21.047)	(21.047)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**433.878**	–	–	–	**(21.047)**	**412.831**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022
(=) Prejuízo do exercício		**(21.047)**	**(78.537)**
Itens que não afetam o caixa operacional			
Constituição perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		–	450
Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber		2.663	68
Depreciação e amortização	12	9.305	7.759
Provisão para contingências		(1.957)	(2.479)
Ganho na alienação de investimento		–	2.172
Resultado com impairment de ativos e passivo oneroso		(355)	(1.778)
Equivalência patrimonial	11.a	–	1.484
		(11.391)	**(70.861)**
Aumento líquido/(Redução) nos ativos			
Aplicação financeira		(273)	4.575
Contas receber		(30.452)	(20.157)
Estoques		(2.354)	(614)
Precatórios a receber		3.519	1.938
Impostos a recuperar		2.283	68.824
Participações em consórcios		1.415	(7.951)
Despesas antecipadas		(430)	389
Outras contas a receber		8.243	32.987
Depósitos judiciais		6.036	(2.298)
Aumento líquido /(redução) nos passivos			
Fornecedores		8.308	80
Obrigações tributárias		(3.611)	8.560
Obrigações trabalhistas		3.406	118
Outras contas a pagar		23.832	(17.329)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		**19.922**	**69.122**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Mútuo com partes relacionadas	16	–	15.185
Investimentos em SCP´s		–	359
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(19.243)	(12.578)
Recebimentos de dividendos de controladas e SCP´s		–	–
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		**(19.243)**	**2.966**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Redução de capital		(1.250)	–
Mútuo com partes relacionadas	16	12.000	(716)
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos		–	(2.610)
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**10.750**	**(3.326)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**38**	**(2.099)**
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		695	2.794
No fim do exercício		733	695
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**38**	**(2.099)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia ("Companhia"), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jose Pereira Jorge, 178, Setor 26, Carandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 11 de abril de 1968. A Companhia tem por objeto social a construção civil, destacando-se a execução de obras de terraplanagem, pavimentação, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, canais barragens, edificações, túneis, pontes, viadutos, armações e operação de embarcações destinadas à execução das obras, produção e comercialização de pedras britadas, massas asfáltica e outros minerais, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas tendo início de sua operação em junho de 1968.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 26 de março de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • **Nota 9** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; • **Nota 5** -Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 20** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; • **Nota 14** - Provisão para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da prestação de serviço de engenharia e construção, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a doze meses, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Estoques:** Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são destinados a aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização. **3.6. Instrumentos financeiros: 3.6.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.6.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.7. Investimento:** Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. **3.8. Operações em conjunto (Consórcios):** A Companhia possui participações em consórcios, cujos acordos contratuais estabelecem o controle conjunto das operações. As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de recursos da Companhia e suas controladas, assim como dos outros participantes dos consórcios, em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica. A Companhia registra em suas demonstrações contábeis sua parcela proporcional de sua participação em cada consórcio dos ativos, passivos, receitas de prestação de serviços, custos e despesas incorridas nos consórcios. **3.9. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.10. Perda por redução ao recuperável (impairment) de ativos não financeiros:** A Companhia realizou uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade. O valor recuperável de um ativo é a maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo que exceder o seu valor recuperável, é constituído a provisão para a desvalorização ajustando o valor contábil ("impairment"). **3.11. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.12. Empréstimos e financiamentos:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.13. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.16. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.17. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com prestação de serviço de construção civil é reconhecida no resultado respeitando o regime de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Companhia. **3.17.1. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança. **3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023.: 3.18.1. Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros:** A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros. Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas. **3.18.2. Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "informações relevantes sobre políticas contabilísticas". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.18.3. Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro: • Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação:** Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia. • **Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo Pillar Two:** Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do Pillar Two. As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre os potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do Pillar Two. O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo Pillar Two, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023. As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pillar Two. A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das Pillar Two Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos. **3.18.4. Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros:** As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. **3.19. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023:** • Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; • Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; • Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; • Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. **3.20. Incorporação de controladas:** As demonstrações contábeis abrangem a incorporação na Serveng Civilsan, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação acionária - % 2023	Participação acionária - % 2022
Nossa Casa Engenharia Ltda.	Integral - Direto	Incorporada	100
Santa Cruz Rodovias S.A.	Integral - Direto	Incorporada	100

1.1.1. **Incorporação das controladas**

Em 1º de fevereiro de 2023, com o objetivo de otimizar as atividades do Grupo Serveng, a companhias incorporou a Nossa Casa engenharia Ltda. e Santa Cruz Rodovias S.A., suas controladas integrais.

Item	Valor em 28/02/2023 Nossa Casa	Valor em 28/02/2023 Santa Cruz
Bancos conta movimento	3	–
Contas receber	145	–
Deposito judicial	151	135
Partes Relacionadas	–	3.082
Fornecedores	(2.999)	(2)
Mútuos com partes relacionadas	(2.550)	–
Provisão para contingências	(56)	(11.439)
Valor líquido incorporado	**(5.306)**	**(8.224)**

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora 2023	Controladora 2022
Bancos conta movimento	733	695
Aplicações financeiras **(a)**	3.001	2.728
	3.734	**3.423**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 13,03% a.a. em 2023 (12,39% a.a. em 2022).

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora 2023	Controladora 2022
Contas a receber de terceiros	238.290	217.033
Medições a faturar (a)	20.146	20.146
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(37.092)	(46.287)
	221.344	**190.892**
Circulante	27.928	18.600
Não circulante	193.416	172.292

(a) Valores correspondem a medições dos serviços prestados e não faturados devido autorização.

6. ESTOQUES

	Controladora 2023	Controladora 2022
Estoque (a)	**11.577**	**9.223**
	11.577	**9.223**

(a) São compostos por materiais destinados à aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora 2023	Controladora 2022
PIS	1.184	1.260
COFINS	364	690
CSLL	25	1.100
Imposto de renda	1.088	1.870
INSS	2.395	2.419
	5.056	**7.339**

Os créditos são oriundos da operação da Companhia.

8. PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIOS

Consórcios	Controladora 2023	Aporte / Devolução	Apropriação	2022
Belo Monte	6.001	(3)	191	5.813
Metro Linha 5	(5.154)	–	–	(5.154)
ROMA	6.332	–	(15)	6.347
CPTM - Linhas A - F	1.816	1	–	1.815
BR 135	(2.235)	36	(58)	(2.213)
Linha 9 Esmeralda	(327)	–	–	(327)
ETE Alcantara - SAG	(1.587)	1.617	(938)	(2.266)
Centro Seco - Ribeirão dos Meninos	(6.252)	13	14	(6.279)
Sabesp	9.967	(17)	3	9.981
Outeirinho	9.989	74	(142)	10.057
Transposição do Rio São Francisco Lote I, II e VII	(4.788)	61	–	(4.849)
Infraero - Aeroporto de Guarulhos	3.964	–	(1)	3.965
DNIT Duplicação BR 101	(4.507)	–	–	(4.507)
BR 364	(2.143)	16	(17)	(2.142)
SP 320 - Lotes 5 e 7	(2.410)	–	(2)	(2.408)
ETE Bom Sucesso	1.106	–	–	1.106
Túnel Mogi	83	8	31	44
Trilhos Metropolitanos	6.114	(3.740)	848	9.006
Outros consórcios	5.965	921	(316)	5.362
	21.934	**(1.013)**	**(402)**	**23.349**
Provisão para perdas com encerramentos de consórcios	(4.225)	–	–	(4.225)
	17.709	**(1.013)**	**(402)**	**19.124**

Consórcios	Controladora 2022	Aporte / Devolução	Apropriação	2021
Belo Monte	5.813	(206)	3.540	2.479
Metro Linha 5	(5.154)	–	–	(5.154)
ROMA	6.347	–	(14)	6.361
CPTM - Linhas A - F	1.815	(3.590)	(514)	5.919
BR 135	(2.213)	(141)	226	(2.128)
Linha 9 Esmeralda	(327)	–	–	(327)
ETE Alcantara - SAG	(2.266)	(2.041)	1.573	(2.734)
Centro Seco - Ribeirão dos Meninos	(6.279)	(5)	21	(6.305)
Sabesp	9.981	(58)	1.811	11.734
Outeirinhos	10.057	(5)	27	10.079
Transposição do Rio São Francisco Lote I, II e VII	(4.849)	(3.541)	(187)	(1.121)
Infraero - Aeroporto de Guarulhos	3.965	–	1	3.964
DNIT Duplicação BR 101	(4.507)	(55)	33	(4.529)
BR 364	(2.142)	(23)	12	(2.153)
SP 320 - Lotes 5 e 7	(2.408)	(8)	5	(2.411)
ETE Bom Sucesso	1.106	–	0	1.106
Túnel Mogi	44	(17)	48	21
DBO	–	–	6.788	(6.788)
Trilhos Metropolitanos	9.006	(6.681)	2.552	4.877
Outros consórcios	5.360	–	2.852	2.508
	23.349	**(16.371)**	**18.774**	**15.398**
Provisão para perdas com encerramentos de consórcios	(4.225)	–	–	(4.225)
	19.124	**(16.371)**	**18.774**	**11.173**

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2023	2022
Thadeu Penido (a)	26.983	36.758
Outros Créditos a receber	5.131	4.121
Outros adiantamentos	25	30
Opções de compra de ações (b)	4.995	4.995
Outros	710	183
	37.844	**46.087**
Circulante	5.847	4.334
Não Circulante	31.997	41.753

(a) O saldo de contas a receber corresponde a venda da empresa Serveng Transporte Ltda. ao Sr. Thadeu L M Penido. **(b)** O montante corresponde a antecipação para o direito de compra das ações de Marcos A. Castro.

10. PRECATÓRIOS A RECEBER

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Departamento de Estradas e Rodovias (a)	67.959	71.478
Prefeitura de Cotia (b)	2.650	2.650
Prefeitura de Osasco(b)	3.025	3.025
AGETOP (b)	2.675	2.675
DER/GO (b)	3.531	3.531
Outros (b)	7	7

DocuSign Envelope ID: 6A43704D-C76B-4A79-BD9A-EBA05B5F495B

SERVENG CIVILSAN S.A. - EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

absorvido pelo prejuízo contábil do período, conforme DMPL. **(c) Prejuízos acumulados:** A Companhia apurou prejuízo contábil antes no montante de R$21.047 mil em 31 de dezembro de 2023 (de R R$78.537 em 31 de dezembro de 2022):

	2023	2022
Saldo inicial	(339.844)	(261.307)
Absorção do prejuízo	339.844	–
Prejuízo do exercício	(21.047)	(78.537)
Prejuízo acumulado líquido	**(21.047)**	**(339.844)**

18. RECEITA LIQUIDA

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Receitas		
Receita de Serviço	116.317	134.681
Impostos sobre faturamento	(6.205)	(12.927)
Receita líquida	**110.112**	**121.754**

As receitas da Companhia são reconhecidas por competência, pela prestação de serviço executada. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

Classificação por Natureza	2023	2022
Depreciação e amortização	(9.427)	(6.974)
Custo do produto vendido	(17.410)	–
Custo com mão de obra	(35.827)	(23.248)
Serviços de terceiros	(22.773)	(25.715)
Despesas com pessoal	(11.443)	(39.905)
Despesas com serviços	(14.423)	(19.283)
Despesas tributárias	(2.255)	(14.886)
Baixa de ativo imobilizado	18.211	(18.324)
Aluguel	(1.594)	–
Outros	(37.260)	(31.175)
	134.201	**(179.510)**

Classificação por Função	2023	2022
Custo do produto vendido	(91.659)	(92.566)
Despesas administrativas (i)	(61.002)	(68.750)
Outras receitas/(despesas) líquidas	18.460	(18.194)
	(134.201)	**(179.510)**

(i) Inclui a depreciação.

20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

Receitas financeiras	2023	2022
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.372	333
Juros sobre precatórios	1.521	–
Juros recebidos	–	67
Descontos obtidos	676	237
	3.569	**637**
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(67)	(183)
Juros incorridos	(2.663)	(17.535)
Outras despesas financeiras	(288)	(628)
	(3.018)	**(18.346)**
Total	**551**	**(17.709)**

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE

Ativo	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferida:		
Diferenças temporárias	(3.467)	(2.923)
Prejuízos fiscais	(53.755)	(51.428)
Total diferido ativo	**(57.222)**	**(54.351)**
Passivo		
Imposto de renda e contribuição social diferida:	–	–
Exclusões temporárias de órgãos públicos	–	–
Depreciação valor justo	–	–
Atualização precatórios	–	–
Outras exclusões e adições	–	–
Total diferido passivo	**–**	**–**
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	**(57.222)**	**(54.351)**
IR e CS diferido		
IR e CSLL sobre result. de partic. Societ	–	–
Outras Adições/exclusões permanentes	6.486	4.191
Diferenças temporárias	1.957	480
Alíquota combinada de IR e CS	**34%**	**34%**
IR e CSLL diferido	**(2.871)**	**(1.588)**

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **22.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. **22.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	13.891	–	–

22.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **22.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 a exposição máxima é de R$225.078 (R$194.315 em 2022) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **22.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **22.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Valor justo	
	2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	733	695	733	695
Aplicações financeiras	3.001	2.728	3.001	2.728
Contas a receber	221.344	190.892	221.344	190.892
Outras contas a receber	37.844	46.087	37.844	46.087
Total	**262.922**	**240.402**	**262.922**	**240.402**
Passivos financeiros				
Fornecedores	13.891	5.583	13.891	5.583
Outras contas a pagar	32.999	9.167	32.999	9.167
Total	**46.890**	**14.750**	**46.890**	**14.750**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **Instrumentos financeiros por categoria**

	2023		
Consolidado	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor custo justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	733	–	–
Aplicações financeiras	–	3.001	–
Contas a receber	221.344	–	–
Outras contas a receber	37.844	–	–
Total	**259.921**	**3.001**	**–**
Passivos financeiros			
Fornecedores	–	–	13.891
Outras contas a pagar	–	–	32.999
Total	**–**	**–**	**46.890**

	2022		
Consolidado	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor custo justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	695	–	–
Aplicações financeiras	–	2.728	–
Contas a receber	190.892	–	–
Outras contas a receber	46.087	–	–
Total	**237.674**	**2.728**	**–**
Passivos financeiros			
Fornecedores	–	–	5.583
Outras contas a pagar	–	–	9.167
Total	**–**	**–**	**14.750**

22.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido

CONTADOR

Cleiton Lameira Falci - CRC 1 SP252875/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e diretores da **Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia**
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1
Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3

BDO

HOTÉIS FASANO E RESORTS S.A.

CNPJ: 08.237.429/0001-09

Relatório da Administração

Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Ficamos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. **A Administração.**

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Dividendos a receber	47	47
Total do ativo circulante	**48**	**48**
Não circulante		
Investimentos	23.514	28.549
Intangível	10.844	10.844
Total do ativo não circulante	**34.358**	**39.393**
Total do ativo	**34.406**	**39.441**
Passivo e Patrimônio Líquido	**2023**	**2022**
Circulante		
Contas a pagar	69	69
Débitos com partes relacionadas	–	1.600
Dividendos a pagar	820	820
Total do passivo circulante	**889**	**2.489**
Patrimônio líquido		
Capital social	44.019	44.019
Reserva de lucros	(5.305)	1.640
Ajuste de avaliação patrimonial	(19)	(1.761)
Lucro (prejuízo) do exercício	(5.178)	(6.946)
Total do patrimônio líquido	**33.517**	**36.952**
Total do passivo e patrimônio líquido	**34.406**	**39.441**

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Receitas e (despesas) operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(6.778)	(6.946)
Outras despesas operacionais	1.600	–
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(5.178)**	**(6.946)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(5.178)**	**(6.946)**
Resultado líquido do exercício	**(5.178)**	**(6.946)**

Wilmar Silva Rodriguez
Diretor

Rodrigo Eduardo Nogueira
Contador - CRC: 1SP342903/O-7

Publique em jornal de grande circulação.
Ligue já: 11. 3729-6600

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERUÍBE
ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024
LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA (DESTINADA À AMPLA PARTICIPAÇÃO).

Acha-se aberto na Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe o Pregão Eletrônico Nº 01/2024 - Processo nº 4822/2024.
Critério de Julgamento: MAIOR VALOR GLOBAL DO LOTE
Modo de disputa: ABERTO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL PARA GERENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, ABRANGENDO OS ADMITIDOS DURANTE A VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO, conforme condições e especificações contidas no edital e seus anexos, cujo edital completo se encontrará disponível a partir do dia 01/04/2024, nos seguintes endereços eletrônicos:
- Site da Prefeitura Municipal de Peruíbe através do link: https://www.peruibe.sp.gov.br/
- Site da Plataforma ComprasBR através do link: https://comprasbr.com.br/
- Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP através do link: https://www.gov.br/pncp/pt-br
INICIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: a partir das 09:00 horas do 01/04/2024.
TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS: às 09:00 horas do dia 23/04/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: a partir das 09:01 horas do dia 23/04/2024.
INÍCIO PREVISTO PARA AS DISPUTAS DE LANCES DAS PROPOSTAS COMERCIAIS CLASSIFICADAS: a partir das 09:30 horas do dia 23/04/2024.
REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.
LOCAL: www.comprasbr.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERUIBE,
EM 28 DE MARÇO DE 2024.
LUIZ MAURÍCIO PASSOS DE CARVALHO PEREIRA
PREFEITO MUNCIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO

O Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, COMUNICA que **RATIFICA** nos termos consubstanciados do Parecer da Comissão Permanente de Licitações nº 011/2024, em conformidade com o Artigo 74, inciso I da Lei 14.133/21, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2024, PROCESSO Nº 5411/2024** que se destina à **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE VALE TRANSPORTE SUBURBANO, PREVISTOS NA LEI Nº 3.588/1.989 AOS EMPREGADOS PÚBLICOS DO MUNÍCIPIO QUE UTILIZAM O ITINERÁRIO ARARAQUARA/GUARIBA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.",** junto a **VIAÇÃO PARATY LTDA,** pelo valor de R$ 1.766,05 (Um mil, setecentos e sessenta e seis reais e cinco centavos) e junto a empresa **VIAZUL TOUR LTDA**, pelo valor de R$ 8.546,20 (oito mil, quinhentos e quarenta e seis reais e vinte centavos).

Araraquara, 28 de março de 2024.
ANTONIO ADRIANO ALTIERI
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

Vimos, através deste, comunicar que os certames: **CONCORRÊNCIA N.º 005/2024** – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 5452/2024 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA UPA – UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO VALE VERDE – LOCALIZADA NA RUA HENRIQUE JOÃO BATISTA CRISCI – VALE VERDE- ARARAQUARA – com abertura agendada para às 10:00 horas do dia 04 de ABRIL de 2024 e **CONCORRÊNCIA N.º 007/2024** – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 5461/2024 - - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA UPA – UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DA VILA XAVIER, LOCALIZADA NA RUA JOSÉ DO PATROCÍNIO, 660 – VILA SANTA MARIA – ARARAQUARA, com abertura agendada para às 14:30 horas do dia 05 de ABRIL de 2024, ficam suspensas a pedido da Secretaria de Desenvolvimento Urbano para adaptações técnicas nos editais e anexos. Era o que tínhamos a comunicar.

Araraquara, 28 de março de 2023.
LUIZ GUSTAVO CAMARANI TOLEDO
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA
Estado de São Paulo
Estância Balneária

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024
Processo nº 346/2024

Objeto: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames de imagem – Ressonância Nuclear Magnética,** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

Data de abertura: Fica agendada a licitação em epígrafe para o dia 12 de abril de 2024 às 10:00 horas, a ser realizada no endereço eletrônico http://portaldecompras.bertioga.sp.gov.br:98/. O Edital estará disponível nos endereços eletrônicos www.bertioga.sp.gov.br/licitacao, e http://portaldecompras.bertioga.sp.gov.br:98/.

Bertioga, 28 de março de 2024.
Cristina Raffa Volpi
Diretoria do Departamento de Licitações e Contratos

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 7/2024
PROCESSO N.º 604/2024

A Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, através do Setor de Compras, faz saber a quantos possa interessar que, se acha aberta licitação na Modalidade **Pregão Eletrônico n.º 7/2024**, do tipo menor preço global, destinada a **REGISTRO DE PREÇOS, pelo período de 12 (doze) meses, para prestação de serviços de fornecimento de concreto usinado, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme Memorial Descritivo e Planilha Quantitativa e Orçamentária da Secretaria de Serviços Públicos, nos termos do Anexo I – Termo de Referência**. Edital através de correspondência eletrônica (email), encaminhados para, licitacao@saomiguelarcanjo.sp.gov.br ou através dos sites www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br sem ônus aos interessados solicitantes. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 17/04/2024 – Horas 09:00:00; ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 17/04/2024 – Horas 09:05:00; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 17/04/2024 – Horas 10:00:00. Informações: das 9:00 às 17:00 horas, Endereço: Praça Antonio Ferreira Leme, n.º53, Centro, SMA, Telefax: (15) 3279-8000. São Miguel Arcanjo, 28 de Março de 2024.Paulo Ricardo da Silva. Prefeito Municipal.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TUPÃ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 001/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2024 - TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço por item. - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS SANEANTES, DESTINADOS A CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO (CME) DO MUNICÍPIO DE TUPÃ/SP, PELO PERÍODO DE 12 MESES. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA: das 08h30min do dia 03/04/2024 até 08h30min do dia 15/04/2024. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: às 08h30min do dia 15/04/2024. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Depto de Licitação, no Paço Municipal, localizado na Praça da Bandeira, nº 800 (centro), nesta cidade de Tupã (SP), ou através do telefone (0XX14) 3404-1000, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e dás 13h00min às 17h00min, no site www.tupa.sp.gov.br. Tupã, em 28/03/2024. Caio Kanji Pardo Aoqui, Pref. Mun.

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO
Contrato 818640009007

Pelo presente edital e para ciência do(s) interessado(s), que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, ou ocultara(m)-se ou recusara(m) o recebimento, vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso de prazo para purgação de débito, dando prosseguimento a realização da hasta pública do IMÓVEL: AVENIDA NUNO MARQUES PEREIRA, Nº 110, APARTAMENTO Nº 21, LOCALIZADO NO 2º ANDAR DO BLOCO D, CONDOMINIO PARQUE DAS FLORES, DO JARDIM CLARICE, NO 29º SUBDISTRITO SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP.
Primeiro público leilão: 18/04/2024 a partir das 11:00 as 11:15 horas
Segundo público leilão: 03/05/2024 a partir das 11:00 as 11:15 horas
Local: Na agência da Caixa Econômica Federal – AG. ESTADOS UNIDOS – COD. 2887 NA RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIM AMERICA, SÃO PAULO/SP.
Credor Hipotecário: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A – EMGEA – CNPJ: 04.527.335/0001-13
Mutuário(s):
ALCIR PUGA, BRASILEIRO, CONSULTOR TÉCNICO, RG. Nº 14.944.681-SSP/SP, CPF: 048.045.768-94, SOLTEIRO, MAIOR e cônjuge, se casado(a) estiver.
2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão.
Informações nos telefones 11-97334-6595. ENDEREÇO DO LEILOEIRO: Avenida Calim Eid, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP. E-mail: fabianasilva@afdsp.com.br.

São Paulo, 27 de março de 2024
HELIO JOSE ABDOU - JUCESP 603.
Leiloeiro Público Oficial
SED 1399
27/03, 28/03 e 29/03/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA
Estado de São Paulo
Estância Balneária

AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2023 - RETIFICADO
Processo nº 5610/2023

Objeto: **Aquisição de equipamentos e material permanente (desfibrilador, oxímetro e autoclave), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.**

Data da entrega dos envelopes e credenciamento: dia 16 de abril de 2024, até às 09:35h.

Data de abertura: dia 16 de abril de 2024, às 10:00h.

Local: Os envelopes da documentação e proposta relativa à presente licitação deverão ser protocolados no Departamento de Licitações e Contratos, sito à Rua: Luiz Pereira de Campos, nº 901 – Centro – Bertioga/SP e serão abertos pela Comissão Permanente de Licitações, no mesmo endereço.

A Prefeitura do Município de Bertioga torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, com critério de julgamento de menor preço por ítem.

Valor para a retirada do Edital: 16,53 Ufibs.

Local e horário para pagamento da taxa consulta e retirada do edital: Rua: Luiz Pereira de Campos, nº 901 – Centro – Bertioga/SP, junto ao Departamento de Licitações e Contratos – das 09:00h às 11:30h e das 13:30h às 16:00h. O Edital estará disponível no endereço acima e através do site www.bertioga.sp.gov.br.

Bertioga, 28 de março de 2024.
Cristina Raffa Volpi
Diretoria do Departamento de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA
Estado de São Paulo
Estância Balneária

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024
Processo nº 4541/2023

Objeto: Registro de preço para fornecimento de uniformes escolares, para a rede municipal de ensino, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Data de abertura: Fica agendada a licitação em epígrafe para o dia 12 de abril de 2024 às 10:00 horas, a ser realizada no endereço eletrônico http://portaldecompras.bertioga.sp.gov.br:98/. O Edital estará disponível nos endereços eletrônicos www.bertioga.sp.gov.br/licitacao, e http://portaldecompras.bertioga.sp.gov.br:98/.

Bertioga, 28 de março de 2024.
Cristina Raffa Volpi
Diretoria do Departamento de Licitações e Contratos

Publique em jornal de grande circulação.
Ligue já: 11. 3729-6600

Publique em jornal de grande circulação.
11. 3729-6600
comercial@gazetasp.com.br
GAZETA DE S.PAULO

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513945889
Data/Hora da Assinatura: 29/03/2024 00:10:06 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br